



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XIII - Nº 259 - DE 05 A 19 DE MAIO DE 2003 - R\$ 1,00

**Os trabalhadores não suportam o salário mínimo de 240 reais.  
Os trabalhadores não suportam ter de trabalhar até morrer.  
Os funcionários e aposentados não aguentam ter de pagar mais.  
Os salários não acompanham os aumentos de preços e tarifas.  
Os trabalhadores não suportam o desemprego crescente.  
Os sem-terra não podem sobreviver em paz com o latifúndio.  
Os famintos já cansaram de esperar pela migalha do Fome Zero.  
O Brasil não pode ser recolonizado pela imposição da Alca.**

**Os Congressos da CUT e da UNE têm de  
organizar a luta pelas reivindicações,  
contra a política antinacional e  
antipopular do governo do PT/Lula**

**Metalúrgicos não suportam mais as perdas salariais  
Bolívia: lições do Congresso do POR**

## Quinzena da Luta Operária

Ocorreram importantes mobilizações nesta última quinzena. O arrocho salarial e o aumento da inflação dos últimos meses chegaram a uma fase que a classe operária não pode suportar, principalmente entre os metalúrgicos, que reivindicavam uma campanha salarial de emergência tais como a Força Sindical no Paraná ou o MTS (ligado ao PSTU) em São José dos Campos. Um problema, como iremos ver, é que estas forças não estavam de fato dirigindo os operários para um confronto com a burguesia em torno das suas reivindicações, mas para pressionar de certa forma o governo a ceder migalhas. No caso da Força Sindical, um abono bastava. No caso do PSTU, o gatilho.

### As greves de São José

A Greve da GM, de São José dos Campos iniciou no dia 21/04. No dia 24, o Tribunal Regional do Trabalho julgou a greve ilegal, os trabalhadores resistiram continuando em greve, suas reivindicações eram: reposição da inflação de 10,39% no período de novembro de 2002 a fevereiro deste ano, gatilho salarial de 3%. Em reunião com o Sinfavea (Sindicato das montadoras), foi oferecido aos operários um abono de 56%, que foi rejeitado.

Com a luta dos Metalúrgicos da GM, outros operários discutem a adesão ao movimento grevista: os 3.600 operários da Johnson & Johnson, também de São José, entraram em estado de greve para pedir reajuste de 12%, na companhia de cigarros Souza Cruz pararam cerca de 200 motoristas para pedir reajuste, cerca de mil operários da Panco também decidiram pela greve.

Enquanto a GM de São José estava paralisada, a burocracia da Força Sindical em São Caetano do Sul aceitou o abono oferecido pelo Sinfavea. O abono será pago em duas parcelas iguais de R\$ 450,00, a primeira em 16 de maio e a segunda em 31 de julho. Para a Volkswagen de São Carlos, a pelegada aceitou

R\$ 500,00 em duas vezes.

O governo petista, vendo que esta onda grevista poderia se alastrar e se unificar num movimento que poderia colocar em cheque a política pró-patronal petista, decide pressionar o sindicato, o argumentando que existia um impasse e de que ele, o governo, poderia ajudar. Quem fez as negociações foi o ex-sindicalista Osvaldo Martinês Bargas (hoje na Secretaria das Relações do Trabalho). Isso ocorreu após o ministro Jacques Wagner afirmar que não haveria nenhuma intervenção do governo nos movimentos grevistas.

Diante do aumento do impasse, o próprio Jacques Wagner proíbe, em 29 de abril, o pagamento do gatilho salarial quando a inflação alcançasse 3%. Segundo o ministro, a implantação do gatilho salarial ou de reajustes automáticos dos salários quando a inflação sobe é incompatível com a lei.

Sob essa pressão do governo petista, a diretoria do sindicato (PSTU) decide, com o argumento de que ficaria mais fácil negociar, retirar da pauta a reivindicação do gatilho salarial.

A partir daí, os patrões da GM passaram a mandar cartas com ameaças de demissão para os trabalhadores que não retornassem ao trabalho. Temendo a quebra do movimento em 30 de abril, o sindicato suspende a greve da GM, alegando que havia uma negociação marcada. Nenhuma reivindicação foi atendida. Além disso, o recuo no movimento da GM levou as outras fábricas a recuarem seus movimentos

### Greves dos Metalúrgicos no Paraná

Os 1.600 operários da Volvo em Curitiba ficaram 2 dias parados, reivindicavam 14,61% de reajuste imediato. O acordo feito pela burocracia da Força Sindical foi de reposição integral do INPC na data-base (em setembro) para salários de até R\$ 2.600,00 e de ao menos 50% para salários maiores, mais o abono de 600 reais, pagos de uma única vez.

Já os 2.500 operários da Renault de São José dos Pinhais pararam por 4 dias. O fim da paralisação aconteceu depois da montadora garantir o repasse integral do INPC para salários até R\$ 2.000,00 na data-base de setembro, salários de faixas mais elevadas terão reajustes inferiores, aplicando-se cálculos em cascata, mais um abono de R\$ 500,00.

### Queda na renda, aumento de trabalhadores informais

Em março, a renda geral dos trabalhadores caiu 7,2% em relação a março de 2002. Ao mesmo tempo, houve um aumento de 12,1% no número de desempregados e o crescimento de 6% no número de trabalhadores informais, enquanto o crescimento do emprego formal cresceu apenas 0,9% (21,2 mil novas contratações com carteira assinada, o pior resultado em emprego formal deste ano.).

Segundo o IBGE, aproximadamente 40% dos desempregados (cerca de 1 milhão dos 2,51 milhões de desempregados, apenas nas cidades do Rio, São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte) têm 11 ou mais anos de estudos, ou seja, têm pelo menos ensino médio completo.

### Dia internacional das vítimas de doença trabalhista

Uma manifestação marcou, no dia 24 de abril, o Dia Internacional das Vítimas de Doença Trabalhista. A empresa escolhida foi a Vidraçaria Santa Marina, por pertencer ao grupo Francês Saint-Gorbain, que controla a extração mineral e as principais indústrias que utilizam a fibra de amianto no Brasil. O grupo, presente em 47 países e com 170 mil funcionários, continua explorando o mineral no Brasil, por meio da mineradora Sama, em Goiás, e da Eternit. A luta contra as doenças no trabalho só pode ser vitoriosa com a mobilização operária, pois os patrões passam por cima das leis.

# 1º de maio antioperário

A burocracia sindical mostrou, no 1º de maio, o quanto está vinculada ao Estado burguês. Tanto a CUT quanto a Força Sindical compareceram como instrumentos da Reforma da Previdência. Apresentaram alguns reparos quanto ao teto geral de R\$2400,00, quanto ao teto de R\$1058,00 para cobrança de inativos e a idade mínima para a aposentadoria. Tais divergências não passam de uma máscara para os burocratas não se apresentarem de maneira totalmente submissa ao governo do PT/Lula, continuísta da política traçada pelo FMI/FHC. Todos procuraram deixar claro o apoio ao governo e indicar que as divergências com a reforma não eram motivos de oposição.

A Reforma da Previdência é criminosa. a) Mantém a grande maioria de aposentados com uma aposentadoria de um salário mínimo, R\$ 240,00; b) cria o teto de R\$ 2400,00 e mantém os altos salários da camada parasita do Estado, de R\$ 12.700,00; c) aumenta a idade mínima dos servidores para 55 e 60 anos; d) impõe um redutor de 5% a cada ano antecipado para se aposentar. e) amplia a Previdência privada, através da complementaridade; f) retira 30% das pensões; g) cobra 11% dos aposentados que recebem mais do que R\$ 1058,00; h) não mexe com os militares, que continuarão recebendo aposentadorias integrais. Pode-se ver que ataca a força de trabalho aumentando o seu tempo de exploração, tempo de contribuição, eliminando o critério de aposentadorias integrais e taxando os aposentados. Orienta-se para reforçar a privatização, com a tal da complementaridade, de forma que favorece o capital financeiro. Descarrega o Estado da responsabilidade com a previdência, limitando-a ao mínimo.

A Reforma da Previdência responde às exigências dos credores internacionais. Não é um fato isolado. É parte de uma orientação mais geral de política econômico-financeira de conteúdo pró-imperialista. Contribui à proteção do grande capital que enfrenta a crise estrutural do sistema capitalista. O tremendo empenho do governo PT/Lula de completar a reforma da previdência de FHC, tornando-a mais rígida, repre-

senta um compromisso predatório da economia nacional e da vida das massas com o capital monopolista. Evidencia-se a impossibilidade do capitalismo assegurar minimamente a proteção à velhice para a maioria dos assalariados. Os reformistas que acusavam o governo anterior de sacrificar o elementar dos direitos trabalhistas e que criticavam o "modelo econômico excludente" assumem os objetivos da classe capitalista de enfrentar seus impasses descarregando-os sobre os oprimidos.

A burocracia sindical sustenta a cantilena de que apóia a reforma com reparos porque reconhece que se trata de combater privilégios e criar as condições para o governo vir a aplicar reformas sociais e promover futuras mudanças na economia. Os falsificadores não contestaram as aposentadorias diferenciadas dos militares, juizes e parlamentares. Os parasitas continuarão a gozar de vantagens sobre milhões que se encontram esmagados pela miséria. Os privilegiados são aqueles que governam a serviço do capital e que administram a ditadura de classe da burguesia contra o instinto de revolta dos oprimidos. Ocorre que a burocracia sindical faz parte dos privilegiados. Vive com bons salários, não trabalha e usufrui de inúmeras vantagens da máquina sindical. A política de qualquer governo burguês e da burocracia sindical tem por conteúdo social a manutenção da exploração do trabalho e acumulação de capital.

Nesse 1º de maio, nem se tocou no salário mínimo. Os R\$ 240,00 mal cobriram a inflação. Os partidos da burguesia, de conjunto, procuraram não levantar qualquer polêmica em torno do novo valor. Estiveram enfileirados em torno da diretriz governamental de manter o arrocho. Nos anos anteriores, fazia-se polêmicas demagógicas no Parlamento, apresentando propostas distintas. A burocracia se manifestava, ainda que sustentando reajustes insignificantes. Dessa vez, todos os esforços estiveram voltados a convencer a população de que o importante era fazer as reformas. O silêncio também foi total frente ao aumento do custo de vida e a expropriação salarial que as massas vêm sofrendo com a apli-

cação de vários planos econômicos. As campanhas salariais, sob o governo FHC, foram praticamente extintas. Sem resistência, os trabalhadores tiveram perdas constantes. O mesmo se passa com o crescimento do desemprego. Milhares e milhares de postos de trabalho têm sido destruídos. Avançou a informalidade e a terceirização. Proliferaram acordos espúrios de destruição de conquistas trabalhistas. Mais de 50% da força de trabalho não tem carteira profissional assinada. O desemprego e o subemprego atingem em cheio a juventude. Nada disso teve importância para o 1º de maio burocrático, festivo, oficialista e manipulador.

O comício do PT e da burocracia cutista foi o de ressaltar a eleição de um operário para a Presidência da República. Fato esse de que os trabalhadores deveriam se orgulhar e comemorar. Afinal, está sendo demonstrado que Lula sabe administrar a economia e que o PT não é um partido estreito. Constituiu uma aliança capaz de governabilidade, que irá debelar a dívida externa e criar condições para geração de emprego e distribuição de renda. Esse discurso serviu para acobertar a traição do PT/Lula às massas que o levaram ao poder do Estado na esperança de ver resolvidos os problemas mais prementes como o do desemprego, da fome e da reforma agrária. Se os setores mais reacionários da burguesia combateram o PT nas eleições com o argumento de que Lula não passava de um operário ignorante, agora são os mesmos que o elogiam como grande negociador e ressaltam sua capacidade de responder aos problemas do Brasil e não de uma parte dele, que são os assalariados, camponeses sem-terra e famintos. Responder aos problemas do Brasil significa proteger a classe capitalista e, particularmente, a fração do capital financeiro. A burocracia sindical e os altos dirigentes do PT fizeram do 1º de maio uma festa do Estado burguês e do governo de traição.

O Presidente Lula não cumpriu o prometido no 1º de maio passado, quando em Santo André afirmou que voltaria eleito para no 1º de maio de 2003 mostrar que sob seu governo os jovens teriam

emprego e não precisariam se lançar à anarquia e à violência. Justificou que desta vez não iria a nenhuma das manifestações para não privilegiar a CUT em detrimento da Força Sindical. Esteve presente na missa de São Bernardo para discursar sobre o câmbio, dólar, risco Brasil e chamar a Igreja a colaborar com os projetos do governo. O governo que aplica a reforma dos banqueiros procura socorro da Igreja, que tem longa experiência de como usar o assistencialismo para amortecer a luta de classe.

## O Primeiro de Maio em Mauá

Apesar da CUT ter decidido fazer o 1º de Maio descentralizado, o de Mauá representou a sua centralização. Tudo foi arranjado pelo PT e burocracia sindical para propagandear a festa do governo Lula. Para defender a política de reformas neoliberais, sem dizer que o novo governo, que aplica as regras do capital financeiro internacional ditada pelo FMI, vem para sacrificar conquistas sociais e sufocar ainda mais a economia nacional.

A bandeira dos políticos do PT e da CUT se resumiu ao lema “agora é hora de participar”. Os trabalhadores e a juventude não puderam saber o que de fato significa o chamado de participação. Serviram de público ao show musical e à impostura política do PT, PCdoB e burocratas sindicais.

A idéia foi a de que havia um motivo especial para comemoração do Dia Internacional dos Trabalhadores: o fato de no Brasil estar na Presidência da República um ex-operário metalúrgico. Mais do que isso, diz José Genoíno. O PT mostrou ser um partido capaz de fazer alianças com vários partidos, setores sociais, governadores etc. E o ex-operário Lula está provando que é capaz de governar, contrariando as opiniões dos adversários que o apresentaram como sem qualificação para o cargo de Presidente. Assim, o povo tem um motivo especial de orgulho e de comemoração no dia do trabalhador de 2003. Essa foi a fala que encheu o pátio municipal de Mauá.

Os seus organizadores puderam fazer discursos de pompa, embelezamento e defesa de um governo, na verdade antioperário, contando com a situação de que este ainda está no seu início e

O Partido Operário Revolucionário compareceu ao 1º de maio com o manifesto de luta contra a guerra colonialista dos Estados Unidos ao Iraque e de denúncia de traição do governo PT/Lula. Levantou suas faixas contra as reformas antinacionais e antioperárias do governo e chamou os oprimidos a lutarem com suas próprias bandeiras e com seus próprios métodos de luta. Chamou a não confiar no governo PT/Lula e a construir o partido revolucionário. Levou aos explorados e a juventude a estratégia da

que as ilusões das massas não tiveram como se confrontar com o desemprego, o esmagamento salarial, a miséria e a fome. Leva algum tempo para os que suportam na carne a exploração capitalista identificar a responsabilidade do governo pela miséria e sofrimento da maioria.

A camada mobilizada para a festa do governo PT/CUT/Lula também não foi a dos miseráveis que povoam as favelas e os bairros mais empobrecidos da classe operária. Estiveram à margem os milhares de desempregados e famintos que não têm ouvidos para cantorias contratadas a preço de ouro pela burocracia sindical e políticos bem alimentados, vestidos, e muito menos ouvidos para tantas mentiras, auto-elogios e regalia festiva.

Os operários e jovens que tomaram conta do palco de animação, por sua vez, não puderam atinar o quanto vai custar para os trabalhadores a reforma privatista da Previdência, não puderam avaliar o real conteúdo econômico e social da política governamental PT/Lula/FMI e não tiveram como pensar um segundo sobre o futuro que lhes reserva o governo do ex-metalúrgico.

No Primeiro de Maio só tem a palavra os burocratas, partidos e políticos governamentais, que representam a dominação da classe capitalista. A ideologia dominante se faz presente por intermédio da burocracia sindical, dos falsos comunistas, como o PCdoB, que seguem o governo do PT/Lula/FMI e que sobrevivem de alianças eleitorais com partidos burgueses e se comportam como serviços do parlamento. Estava toda corruptela

revolução e ditadura proletárias, do governo operário e camponês e da tática da frente única antiimperialista. Atuou tanto no ato convocado pelas esquerdas quanto no da burocracia cutista. Enquanto as correntes críticas do PT se limitaram ao ato das esquerdas, o POR militou no ato da burocracia para denunciar a sua manipulação, mostrar o caráter burguês do governo Lula/PT e defender a política revolucionária do proletariado.

em Mauá com a bandeira de reformas neoliberais, quando até ontem dizia combatê-las sob o governo de FHC/FMI.

Mudou o governo. Chegou ao poder as denominadas “forças democráticas e populares” e estas assumem integralmente o programa do FMI. Nesse caso, justifica-se manter a sangria do País, sustentar medidas recessivas, sacrificar ainda mais as condições de existência dos explorados, porque, segundo seus defensores, trata-se de um governo que fará mudanças mais à frente. Essa esquerda burguesa precisa falsear a realidade do capitalismo e mascarar o fato de que só pode administrar o Estado com a orientação e com as ferramentas do capital internacional.

Nem mesmo o nacionalismo mais limitado de proteção da economia interna é capaz de assumir.

O capitalismo há muito entrou na fase imperialista de decomposição. Impera a anarquia de mercado. Os monopólios sacrificam o desenvolvimento das forças produtivas, não podendo desenvolvê-las de acordo com a potencialidade alcançada.

Em meio a essas contradições e fazendo parte delas na estrutura desigual do capitalismo internacional, o Brasil comparece como um País endividado e profundamente condicionado pelo poder dos monopólios. As fictícias forças populares que chegam ao poder do Estado, embaladas pela crise, logo se mostram impotentes para enfrentar o grande capital e usam seu poder de controle das organizações sindicais para sustentar a continuidade do capitalismo às custas de mais opressão social.

## O erro das esquerdas

As correntes que até ontem apoiavam o PT - o PSTU chegou a chamar o voto de 2º turno em Lula - e que hoje o criticam pelo continuísmo não compareceram ao 1º de Maio de Mauá. Erraram por não constituírem uma frente única de denúncia do governo de traição, de rejeição das reformas pró-imperialistas e defesa das reivindicações dos trabalhadores. Uma frente única para se contrapor às mentiras do PT e dos burocratas da CUT.

## Protesto dos funcionários públicos do ABC

O sindicato dos funcionários da região instalou o som na chegada dos participantes do 1º de Maio e denunciaram as ameaças de punição aos petistas que discordam da reforma da Previdência. Criticaram os compromissos de Lula com o FMI, as alianças com os banqueiros, empresários e a quebra de conquistas trabalhistas.

Um representante do POR foi convidado a se pronunciar contra a criminosa reforma da Previdência. O que permitiu denunciar a natureza de classe do governo PT/Lula e sua orientação pró-imperialista, exigir que cumpra suas promessas de 10 milhões de emprego, três refeições ao dia a todos trabalhado-

res e reforma agrária.

O POR acusou o governo Lula de manter a fome de milhões com seu salário mínimo de 240,00 Reais, defendeu a independência da CUT frente ao governo PT/Lula e chamou os trabalhadores a assumirem seus próprios métodos de luta.

## A mentira do Estadão contra o POR

Diz o jornal do grande capital: "Contrastando com as manifestações de outros anos, o tom era o dos mais cordatos: a maioria das faixas festejava o presidente companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, e os únicos alvos de protesto eram a Alca e a guerra do Iraque. Agora é participar!, diziam as faixas. Os protestos foram mais do que discretos: o Partido Operário Revolucionário manteve abaixadas suas duas pequenas faixas contra as reformas neoliberais de Lula".

Se é verdade que o POR foi a única corrente a levantar faixas contra o governo do PT/Lula, não é verdade que as manteve baixadas e nem que eram pequenas. As faixas do POR ocuparam o muro de entrada ao local do 1º de Maio numa extensão de 6 metros, com letras garrafais.

A polícia colocou uma de suas viaturas para atrapalhar a visibilidade das faixas. Saiu do local mediante protesto do

O Estadão também não se refere ao panfleto do partido que diz " O 1º de Maio também está marcado pela traição do governo PT/Lula às aspirações dos trabalhadores por mudanças". (...) Nesse 1º de Maio, os trabalhadores devem rechaçar o governo de traição. Devem exigir que o governo Lula cumpra suas 3 promessas. Devem combater as reformas neoliberais do governo PT/Lula. Devem tomar em suas próprias mãos a luta por suas reivindicações. Devem defender seus métodos próprios de luta, que são as greves, ocupações, autodefesa etc. Devem lutar pela independência da CUT e sindicatos frente ao governo burguês do PT/Lula. Devem se colocar pela aliança operária e camponesa. Devem defender um verdadeiro governo revolucionário, que é o governo operário e camponês."

O Estadão que fez campanha contra a eleição de Lula dizendo não estar capacitado a ser Presidente, referindo-se à condição de ex-operário, sem ter se formado na cultura da classe capitalista, agora é um de seus maiores defensores, elogiando-o por suas qualidades de "grande negociador". Na realidade, elogia-o por se submeter à política dos escravizadores do povo.

O POR, ao contrário, pôs bem visível aos olhos dos explorados que o governo PT/Lula é de traição.

## O 1º de Maio em Guarulhos

Como no ano anterior, o 1 de maio foi realizado na Praça 8, no Taboão. E como no ano anterior foi completamente descaracterizado. Resumiu-se a um show de Hip-Hop. Não se viam trabalhadores organizados no ato, os sindicatos cutistas da cidade sequer levaram suas bases para o ato, apenas um setor da juventude completamente despolitizada e que foi ao ato só para ver seus grupos de rap preferidos. Pior ainda a prefeitura petista procurou utilizá-los ao anunciar várias vezes no ato que entre final de maio e início de junho estaria abrindo inscrições para o meu primeiro emprego em Guarul-

hos e que esta seria um a forma de acabar com o desemprego da juventude em Guarulhos.

Este meu primeiro emprego seria um emprego temporário, com duração de um ano. Poderiam se inscrever jovens de 16 a 21 anos para trabalhar 4 horas na prefeitura ganhando R\$ 120,00 por mês e que sua família não estivesse ganhando nenhum subsídio governamental.

Essa foi a tônica do ato que tinha como principal bandeira "Agora é participar", e os sindicalistas presentes não falavam dos problemas atuais dos trabalhadores, como a

carestia por que passa a classe operária, ou os efeitos nefastos para o nosso salário da inflação destes últimos meses, ou do salário mínimo de fome, ou da necessidade de se organizar para a quebra dos nossos direitos trabalhistas e da necessidade de se lutar contra a reforma da previdência. Não, o discurso não foi este. Muito pelo contrário, foi o de dizer que era necessário apoiar o novo governo e participar dos debates para as reformas, que frisavam que eram necessárias. E que desta forma a CUT poderia pressionar o Congresso Nacional a assegurar nossos direitos.

## Manifesto do POR para o 1º de maio

# Combater o capitalismo e o colonialismo imperialista

O dia internacional dos trabalhadores de 2003 está marcado pelo sangue do povo iraquiano.

Está marcado pelo avanço do colonialismo imperialista contra povos e nações oprimidas.

Está marcado pelo desemprego que arreventa a vida de milhões de trabalhadores em toda a parte.

Está marcado pela fome que assola os explorados no mundo todo.

Guerras de domínio imperialista e opressão da burguesia monopolista sobre a maioria da população mundial são consequências do capitalismo que se desintegra. Essa situação em plena era científica e tecnológica demonstra que o sistema de exploração de classe e de saque das nações imperialistas sobre a maioria das nações semicoloniais se converte em barbárie.

Na fase mais plena de desenvolvimento industrial do capitalismo, o que resulta dele são massacres, miséria e fome. Trata-se de um regime econômico e social que não pode mais ser reformado.

Cabe à classe operária travar a luta aberta contra a burguesia e seu regime para enterrá-los e construir a nova sociedade socialista, sem exploradores e sem explorados, sem nações opressoras e nações oprimidas.

A classe operária, pelo lugar coletivo que ocupa na produção, tem a arma para destruir o capitalismo. Tem a revolução proletária, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Que transformará as fábricas e as terras em meios de existência socialista.

Em toda luta, em toda manifestação e em toda guerra, os explorados têm de trabalhar pela revolução proletária. Para isso, é preciso construir o partido mundial de revolução socialista. Em cada país está colocada a tarefa de pôr em pé o partido operário revolucionário, seção do Partido Mundial da Revolução Socialista, da IV Internacional.

A classe operária se transformará em classe revolucionária consciente organizando-se em um partido próprio, que tenha o programa internacionalista de destruição do capitalismo.

O FOR chama a classe operária, os camponeses, demais explorados e a juventude a enfrentar as potências imperialistas

defendendo a independência e autodeterminação das nações oprimidas. Chama a constituir a frente única antiimperialista, sobre a base do programa e método da classe operária, para derrotar o colonialismo militarista. Defender o armamento dos povos oprimidos para resistir ao intervencionismo econômico e militar do imperialismo. Expulsar as forças norte-americanas e britânicas do Iraque e de todos as nações subjugadas.

### Rechaçar as reformas neoliberais do governo PT/Lula

O 1º de maio também está marcado pela traição do governo PT/Lula às aspirações dos trabalhadores por mudanças.

No 1º de maio do ano passado, em Santo André, Lula prometeu que voltaria eleito ao 1º de maio de 2003 como Presidente da República cumprindo a promessa de fazer um governo em que nenhum brasileiro ficaria sem três pratos de refeição ao dia, que a juventude seria empregada não precisando recorrer à violência, que pais de família não precisariam ficar humilhados com o desemprego e que a reforma agrária seria feita. Lula responsabilizou os banqueiros agiotas pela situação de miséria do país.

Os trabalhadores se iludiram com o discurso inflamado e com a promessas eleitorais de Lula. Não puderam compreender o significado da "Carta aos Brasileiros", que fez um compromisso com os banqueiros internacionais e nacionais de manutenção dos contratos e acordos realizados pelo governo FHC.

O PT/Lula está pondo em prática uma política econômica contrária aos interesses do país e das necessidades do povo oprimido. Contrária ao desenvolvimento econômico, à abertura de empregos. Contrária a uma verdadeira reforma agrária, que liquide com o latifúndio e entregue as terras aos camponeses. Contrária a que nenhum brasileiro fique sem três refeições ao dia.

O programa Fome Zero mostrou rapidamente ser uma farsa para acobertar o continuísmo das reformas pró-imperialistas e antipopulares.

A fome é produto da exploração do trabalho e do desemprego. É produto da opressão que sofrem milhões de campo-

neses nos minifúndios e sem-terra. É produto do salário mínimo que mal dá para comprar uma cesta-básica.

O que traz Lula nesse 1º de maio?

Traz uma reforma que arreventa com a Previdência pública e fortalece a privatização.

Traz um salário mínimo que mantém a miséria de milhões de trabalhadores e aposentados.

Traz a permanência da Medida Provisória latifundiária que criminaliza as ocupações de terra.

Traz a alta carga de impostos sobre a população.

Traz a continuidade do intervencionismo econômico do imperialismo por meio da Alca.

Traz as metas recessivas e saqueadoras do FMI, pagamento da dívidas interna e externa.

Traz a sustentação dos "acordos de flexibilização do trabalho", assinados pelas burocracias sindicais.

Esse é o governo que sobre o tormento do desemprego e da fome de milhões recebe elogios do FMI, Banco Mundial, governos imperialistas e dos grandes capitalistas nacionais.

Nesse 1º de maio, os trabalhadores devem rechaçar o governo de traição. Devem exigir que o governo Lula cumpra suas 3 promessas. Devem combater a reformas neoliberais do governo PT/Lula. Devem tomar em suas próprias mãos a luta por suas reivindicações. Devem defender seus métodos próprios de luta, que são as greves, ocupações, autodefesa etc. Devem lutar pela independência da CUT e sindicatos frente o governo burguês do PT/Lula. Devem se colocar pela aliança operária e camponesa. Devem defender um verdadeiro governo revolucionário, que é o governo operário e camponês.

O Partido Operário Revolucionário chama os trabalhadores e a juventude a não confiarem nesse governo, mas a confiarem em suas próprias forças, a se organizem a partir das fábricas, do campo, dos bairros pobres em um movimento revolucionário por suas reivindicações, pelo combate ao imperialismo e pela destruição do capitalismo. Chama os oprimidos a lutarem pela sociedade socialista. Chama os explorados a militarem em torno do programa internacionalista do Partido Operário Revolucionário.

# Desemprego e achatamento salarial

As pesquisas mostram que o desemprego continua a crescer e os salários a desabarem.

Em março, 19,7% da população economicamente ativa da região metropolitana de São Paulo estavam desempregados, segundo o Dieese. A Grande São Paulo amarga com 1,785 milhão de desempregados. Grandes centros urbanos, que detêm a maior parte de emprego do País, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre, o desemprego atinge 2,5 milhões. O que corresponde a 12,1% da população economicamente ativa (PEA).

As demissões em massa e o desemprego deslancharam desde 1990, época de implantação mais radical de medidas neoliberais de proteção ao grande capital internacional, de quebra da economia nacional e maior sacrifício dos assalariados.

Somente a região metropolitana de São Paulo teve um salto no índice de desemprego de 8% para 19,7%. Acompanha esse fato a precarização do trabalho, com a implantação da terceirização e aumento da informalização. Fenômeno esse que abrange todas as regiões.

Sob o governo FHC, foram destruídos 1,5 milhões de postos de trabalho com carteiras assinadas, parte nunca mais foi reconstituída e parte se transformou em informalidade. Eis por que, em fins dos anos 80, 58% dos trabalhadores tinham carteira assinada, hoje calcula-se que menos de 50% a têm. Significa que mais e mais trabalhadores vivem de bico, não têm direitos trabalhistas, ganham uma miséria e não terão aposentadoria assegurada. Ressalta o fato de 40% dos jovens não terem trabalho. O capitalismo destrói postos de trabalho, demite massivamente e não pode absorver as novas gerações.

Acompanha o desemprego, a desvalorização dos salários. Os indicadores mostram que principalmente a partir de 1996 houve redução contínua da massa salarial. No período de 1995 a 2002, a média nominal dos rendimentos dos assalariados caiu de 1.241,00 Reais para 851,00 Reais. Nota-se que se trata da média, que engloba os altos salários da mi-

noría. A grande maioria recebe até três salários mínimos.

Segundo o Dieese, a renda média dos ocupados das regiões metropolitanas é a mais baixa dos últimos 20 anos.

## Como o governo "democrático do PT/Lula" responde a essa situação?

Principia com a orientação de que a política governamental tem de se orientar pela reação do mercado de capitais. O que significa concentrar as medidas fundamentais na proteção do capital financeiro, mantendo o valor da dívida externa e interna, pagando pontualmente os juros e fazendo as amortizações.

Não por acaso, o ponto crucial do acordo com o FMI se resume em alcançar superávit primário crescente, que permite sobra de dinheiro para cumprir os acordos e contratos com o grande capital externo e interno. Grande arrecadação de impostos, cortes nos gastos públicos, diminuição dos ganhos do funcionalismo, desencargo crescente com aposentadoria dos servidores, incentivo às exportações, altas taxas de juros e apoio às medidas de flexibilização do trabalho compõem a diretriz exigida pelo FMI para o Estado continuar solvente com os banqueiros.

Trata-se de poderosa restrição ao crescimento econômico e extraordinária canalização de recursos nacionais para os cofres da burguesia imperialista e seus sócios brasileiros.

A justificativa do governo PT/Lula para tamanha incoerência com o que vinha apregoando é a de que se trata de um período de transição imposta pela herança do governo anterior, o que inclui completar seu Plano de reformas pró-imperialistas. Propaga-se que vencida a turbulência inicial do mercado de capitais, o País terá equacionado a dívida externa e interna, reduzindo-a em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), e poderá se livrar dos condicionamentos do FMI.

Parece até ingenuidade da equipe econômica do governo, considerando-se a evidência de que tais medidas resultam em maior sangria dos recursos inter-

nos, maior concentração monopolista e maior poder dos especuladores sobre o Estado. Em nome da estabilidade, que está a mercê do capital especulativo, o governo sustenta a estagnação econômica, podendo chegar à recessão, mantém o arrocho salarial e incentiva a destruição de postos de trabalho. Poderosos grupos econômicos são protegidos da crise capitalista e as massas trabalhadoras são sacrificadas.

Essa é a consequência mais geral que advém da exploração do trabalho e acumulação de capital; que advém do desenvolvimento desigual da economia mundial e da exploração das potências imperialistas sobre as nações semicolônias.

O governo PT/Lula demonstrou, com suas primeiras medidas, que padece e padecerá do mesmo mal dos governos anteriores: não pode adotar uma política independente da diretriz mundial do imperialismo. A promessa eleitoral de ativar a economia para gerar 10 milhões de novos empregos, combater a fome garantindo pelo menos três refeições ao dia a todo trabalhador e reforma agrária se mostra inviável.

## A política econômica transformadora

A classe operária ainda não está organizada em um partido próprio, que lhe possibilite enfrentar as diretrizes do imperialismo e lutar por uma política econômica transformadora. Por essa mesma razão histórica, ilude-se com os partidos da burguesia.

O PT procurou se distinguir dos partidos tradicionais do grande capital e rechaçou a construção do partido revolucionário. Durante anos e em vários embates eleitorais, semeou a esperança entre as massas de que poderia ser um partido de transformações, mudanças e realizações favoráveis à maioria pobre e principalmente aos milhões de famintos. Mas nem bem chegou ao poder, abraçou a causa do grande capital, mostrando que aprendeu com os fracassos do reformismo e nacionalismo latino-americano.

Os partidos de orientação reformista e nacionalista se apóiam nas tarefas de-

mocráticas de enfrentar o atraso econômico, combater as limitações impostas pelo imperialismo à independência nacional e atender a necessidade das massas camponesas de reforma agrária. Se no passado a burguesia nacional e a pequena burguesia que a acompanha não puderam suportar as pressões do capital internacional e sucumbiram, não conseguindo realizar as transformações democráticas, agora, nas condições atuais de maior putrefação do capitalismo, não têm como pôr em prática uma política de transformações democráticas e antiimperialistas. A não ser pelo proletariado, que, pelo lugar que ocupa na produção e na estrutura social do País, pode se organizar em um partido revolucionário.

O domínio do Estados Unidos se reforçou penetrando na estrutura de cada país de nosso continente, não podendo o Brasil constituir exceção, embora sua condição semicolonial se distinga do baixo desenvolvimento industrial e comercial da maior parte das demais semicolônias que o conforma. A penetração das multinacionais, o controle

monopolista dos ramos fundamentais da produção e a intervenção do capital financeiro estabeleceram relações de domínio, que tornaram a burguesia nacional completamente dependente, embora não tenham eliminado choques de interesse imperialista com o nacional. A rápida adaptação do PT aos mandos do capital monopolista é prova disso.

Setores da pequena burguesia continuam a aspirar reformas sociais e nacionais. Formam um ala da denominada esquerda. Impulsionaram o PT em aliança com a burocracia sindical. Mas estão vendo seu instrumento político se colocar no oposto das aspirações democrático-burguesas e pequeno-burguesas. Poderão recorrer à formação de um novo partido, sem contudo compreender a impossibilidade do reformismo nacionalista.

A luta por arrancar as massas da miséria, que parte da defesa do emprego, salário e terra, obriga o confronto aberto com o grande capital imperialista, protegido pelo Estado. Somente o proletariado pode assumir esse embate de classe

contra classe.

Eis por que a experiência que atravessamos coloca a necessidade de trabalhar a construção do partido do proletariado. Tarefa que implica desenvolver as reivindicações elementares ligadas ao programa de independência nacional, revolução agrária, erradicação da miséria e superação do atraso semicolonial. Programa da revolução democrática que se encadeia indissolúvelmente com o programa da revolução proletária, que expropriará o grande capital.

O objetivo da classe operária é tomar o poder do Estado pela via da luta de classe. O partido das transformações expressa esse objetivo, por isso se constrói no seio do proletariado e demais oprimidos com o programa da revolução social. Não se pode superar a experiência do PT, aproveitando as lições da história, sem combater a burguesia com o programa de destruição do capitalismo e emancipação do imperialismo.

## Manifesto do POR aos delegados dos Congressos da CUT

A afirmação da direção majoritária de que a CUT apóia o governo PT/Lula mas mantém sua independência é falsa. O grande problema do movimento operário e camponês é justamente o de não ter independência frente ao Estado burguês e o seu novo governo.

A estratégia da Articulação/PT de democratizar o Estado capitalista, constituir por meio de eleições um governo para esse Estado e estruturar uma aliança com setores da burguesia colocou a CUT e sindicatos na dependência da governabilidade dos exploradores sobre os explorados. Isso explica o porquê da direção da CUT ter se submetido às reformas neoliberais do governo FHC, mascarando a subserviência por meio de pressões distracionistas ao Parlamento, limitando-se a realizar algumas manifestações em Brasília, para em seguida baixar a cabeça e acatar a decisão do Congresso.

A posição de que a CUT exercia uma oposição "propositiva" a colocou como

um apêndice da política parlamentar e, portanto, do conjunto dos partidos oficiais. A orientação do "propositivo" correspondeu ao exercício parlamentar do PT, ao qual a direção da CUT submeteu o movimento sindical e popular. Não se tratava mais da classe operária defender suas reivindicações diretamente contra a classe capitalista por meio da luta de classe (greves, ocupações, bloqueios), mas sim ter o Parlamento como mediador e legislador dos conflitos mais gerais.

Nas fábricas, o mesmo ocorreria e vem ocorrendo. O capital e o trabalho negociaram a "flexibilização". A mesa de negociação se sobrepôs à luta entre os adversários irreconciliáveis. Tudo passou a ser decidido nela e o seu resultado imposto em assembleias manipuladas e antidemocráticas. Cresceram os acordos de "flexibilização" do trabalho, como exigiam as condições da economia capitalista em crise e as necessidades de lucratividade dos empresários. O

desemprego avançou, a média salarial caiu, o salário mínimo continuou o mais baixo de todos os tempos, direitos trabalhistas foram sendo arrancados, a terceirização passou a ser um meio mais amplo para se implantar a precarização das relações trabalhistas e a miséria continuou a proliferar por toda parte.

O chamado "custo Brasil" serviu à burguesia para culpar as leis trabalhistas, Previdência e penalizar os assalariados. Para ela, o "custo Brasil" não era a sangria da dívida externa, o saque das multinacionais, agiotagem dos banqueiros e as diretrizes colonialistas do FMI. A direção da CUT aceitou essa política ao se colocar dentro dela com a prática "propositiva", com os acordos pró-patronais e com o eleitoralismo petista.

Durante oito anos, o governo FHC implantou grande parte das reformas ditadas pelos banqueiros internacionais e pelo grande capital nacional sem que a CUT e PT comparecessem como oposi-



ção antiimperialista e anticapitalista. Limitaram-se a alguns protestos "propositivos", que se esvaziavam no dia seguinte à votação do Congresso manietado pelo governo.

Estando na oposição, o PT participou das reformas que levaram a ampla privatização, eliminação de direitos previdenciários, fortalecimento das mudanças privatistas do ensino e do brutal arrocho salarial. Comodamente, ora os parlamentares do PT votavam contra e ora a favor do governo. A CUT ora protestava festivamente, ora se calava ostensivamente, seguindo os passos do parlamentarismo burguês do PT.

Um outro ponto importante: a luta camponesa pela terra. As desapropriações com ricas indenizações e assentamentos a conta-gotas serviram ao governo FHC para confundir com reforma agrária. Na verdade, não fez senão proteger a grande propriedade capitalista da terra contra a reforma agrária, que só pode ser fruto da destruição do poder latifundiário. O PT e a CUT fortaleceram a política de assentamentos contrária a da revolução agrária. Assim, acabaram condenando ocupações de terras, prédios públicos e bloqueios de rodovias pelo MST. Agora, com o PT no governo, demonstra que sequer atingirá a meta de FHC, alegando a falta de condições financeiras do Estado. O índice de assassinatos de sem-terra se manteve sem que o governo fizesse nada.

Passaram a defender soluções pacíficas, enquanto os latifundiários armavam suas milícias e quando se cometiam chacinas contra camponeses. E mostraram-se incapazes de oposição revolucionária às medidas opressivas, como a MP anti-ocupação. Não se trabalhou por estabelecer a unidade operária e camponesa para enfrentar a política latifundiária do governo.

Foi justamente com essa política "propositiva" e qualificada de "responsável" que o PT se tornou uma alternativa de governo - um meio de continuidade da administração da direita pró-capitalista e pró-imperialista. A "Carta aos Brasileiros" de Lula representou um pacto econômico e político com as forças do imperialismo e com o núcleo de poder da classe dominante brasileira. Tem como essência manter os contratos e acordos do grande capital e as princi-

pais metas exigidas pelo FMI.

A direção da CUT manteve seu apoio ao PT/Lula e assim avalizou a estratégia econômico-financeira pró-imperialista.

O governo PT/Lula está cumprindo seu pacto com o grande capital e descumprindo sua promessa com as massas que o elegeram, de criar 10 milhões de empregos, nenhum brasileiro sem 3 refeições ao dia e reforma agrária. Fortalece a concentração de renda e propriedade monopolista e descumpra a promessa de distribuição de renda e fim da fome.

O argumento de que o governo apenas começou e que as medidas tomadas são transitórias para futuras mudanças só serve para acobertar o pacto com o imperialismo e a orientação administrativa do governo favorável ao capital monopolista. O pacto social do governo Lula constitui a outra face do pacto pró-imperialista. E o Fome Zero serve de assistencialismo distracionista, enquanto Lula anuncia um salário mínimo de R\$ 240,00 e um reajuste ao funcionalismo federal de 1%

A direção da CUT aceitou o pacto e se integrou organicamente no Estado burguês por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Mostra-se comprometida com a reforma da Previdência, manobrando com a mesma linha da política "propositiva". Não enfrenta o salário mínimo de fome, não combate o desemprego, não defende uma previdência favorável à vida dos trabalhadores e continua a incentivar os acordos de "flexibilização", como o que acaba de ocorrer na Volkswagen que aumenta a terceirização.

Frente à guerra imperialista dos EUA contra o Iraque, a direção da CUT se colocou sob a bandeira de "paz" da social-democracia, confundida com a paz do imperialismo da França e Alemanha. O governo Lula declarou-se pelo desarmamento pacífico do Iraque. Diante da invasão, o PT/Lula não moveu uma palha em defesa do Iraque oprimido contra as potências opressoras. A direção da CUT ficou submissa à posição capituladora do governo brasileiro.

Os trabalhadores deverão dizer que a CUT é dirigida por uma política que não tem nenhuma independência em relação ao governo PT/Lula e ao Estado burguês. A sua direção quer fazer a distinção de apoio com independência para

continuar mentindo, manobrando e traíndo a classe operária, camponesa e demais oprimidos.

A arte de fazer política da burocracia sindical é a de não deixar transparecer sua verdadeira política patronal, mutilar as assembleias, controlar os sindicatos como suas propriedades e fortalecer o autoritarismo gangsteril. A política "propositiva" e de democratização do Estado se contrapõem à democracia operária, às campanhas salariais de massa, à unidade operária e camponesa e aos métodos da luta de classe

Sob o governo PT/Lula, a burocracia sindical irá mais fundo no colaboracionismo de classe.

A burocratização dos congressos da CUT chegou ao ponto de serem congressos de hotéis, feitos para turismo. Os congressos da CUT estão armados para referendarem a política de apoio ao governo Lula já em prática. Os trabalhadores deverão rechaçar essa conduta burocrática e levantar as bandeiras de luta e mobilização nacional da maioria oprimida por suas reivindicações. O combate efetivo às reformas neoliberais depende da utilização pela classe operária de seus próprios métodos de luta (greve geral, manifestações, bloqueios etc.). O Partido Operário Revolucionário defende:

1. Nenhum apoio ao governo PT/Lula;
2. Total independência da CUT em relação ao Estado, aos partidos da burguesia e ao governo; Que a CUT combata as reformas de Lula, continuistas de FHC;
3. Saída imediata da CUT do Conselho de Desenvolvimento Econômico, organismo do patronato;
4. Denúncia do pacto pró-imperialista da "Carta aos Brasileiros";
5. Não ao pacto social;
6. Que o governo Lula cumpra imediatamente suas promessas de 10 milhões de emprego, três refeições ao dia a todos os brasileiros e reforma agrária;
7. Fim da reforma da Previdência de FHC e Lula;
8. Rompimento com o imperialismo: denúncia dos acordos e contratos, não pagamento da dívida externa, não à Alca, fim de todo acordo militar com o imperialismo, expropriação sem inden-

zação das multinacionais e controle operário da produção;

9. Recuperação das estatais privatizadas sob o controle coletivo operário,

10. Estatização do capital financeiro, voltada à produção e apoio aos pequenos e médios produtores;

11. Fim do latifúndio e entrega das terras aos camponeses, sob o controle de comitês agrários. Organização da auto-defesa armada dos camponeses contra as milícias dos latifundiários e da violência estatal; Apuração e punição de todos os crimes dos latifundiários e dos governos contra os camponeses;

12. Anulação de todos os acordos de

“flexibilização do trabalho”;

13. Defesa da vida das massas: salário mínimo real calculado pelas assembleias operárias e populares; emprego a todos aplicando a escala móvel das horas de trabalho, recuperação das perdas e escala móvel de reajuste salarial;

14. Elevação cultural das massas: fim do analfabetismo, escola única, pública e gratuita em todos os níveis, científica e vinculada à produção social;

15. Defesa da juventude: nenhum jovem fora do trabalho, nenhum jovem fora da escola; jornada de 4 horas na produção e o restante na escola; salário de acordo com as necessidades; fim do tra-

balho mutilador das capacidades físicas e mentais dos jovens;

16. Combate ao imperialismo, defesa da autodeterminação dos povos; fim do colonialismo dos Estados Unidos sobre o Iraque, Afeganistão e outros países; destruir o militarismo imperialista; rechaçar a falsa paz imperialista; combater o intervencionismo econômico;

17. Luta pelo fim do capitalismo: trabalhar pela revolução e ditadura proletárias, lutar sob a estratégia do governo operário e camponês; organizar a frente única antiimperialista e aliança operária e camponesa.

## Movimento Operário frente ao governo PT/Lula

1. Os oito anos do governo FHC foram de ataque sistemático às condições de vida da classe operária e demais oprimidos. As chamadas reformas tiveram a função de proteger o grande capital às custas dos explorados. Um dos aspectos fundamentais dessa proteção foi a dos acordos com o imperialismo para manter a carga pesada do endividamento interno e externo do país. Toda reforma se originou da necessidade capitalista de evitar que o tesouro da União abrisse falência e deixasse de pagar os juros aos credores. Dessa forma, a política econômica do governo FHC esteve condicionada pelo capital financeiro e ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

2. Um outro aspecto, também fundamental, diz respeito à crise estrutural do sistema capitalista de produção. A economia mundial refletiu a impossibilidade de um crescimento de conjunto. As potências viveram um grande descompasso, com os Estados Unidos sustentando durante a década de 90 taxas de crescimento, a Europa não podendo sair da estagnação e o Japão indo para a recessão. Já no final do mandato de FHC, as tendências recessivas atingiram também os Estados Unidos. As quebras econômico-financeiras se manifestaram em várias partes do mundo. Evidenciou-se a crise de superprodução e o gigantesco parasitismo do capital financeiro internacional. A economia ca-

pitalista no Brasil sofreu o impacto da crise mundial do capital. A política econômica do governo brasileiro seguiu as pressões dos choques internacionais, correspondendo à proteção do grande capital. O que resultou em atender as exigências dos monopólios de colocar a economia nacional ainda mais a seu serviço e atacar as relações de trabalho.

3. As medidas de FHC atingiram os seguintes pontos: abertura de mercado; privatizações; precarização do trabalho e quebra de direitos trabalhistas. Acompanham também a política financeira e tributária de altas taxas de juros e pesada arrecadação tributária. Em todos esses casos, o capital financeiro foi protegido e ganhou mais privilégios. Assim a ação governamental freou a produção e golpeou duramente o trabalho. Eis aí a política econômica do grande capital imperialista, que é a do capital financeiro, para enfrentar os profundos desequilíbrios da economia mundial. Aplicada ao país semicolonial, como é o Brasil, leva ao saque a favor do capital parasitário, provoca crise interna e esmaga a vida das massas.

4. O governo FHC não solucionou nenhum dos problemas críticos do país. Ao contrário, acumulou-os ainda mais. E deixou para seu sucessor parte das reformas pró-imperialistas, que não puderam ser realizadas. São elas: reforma da previdência dos servidores públicos; reforma fiscal e reforma trabalhista. A fis-

cal corresponde ao choque entre as frações do grande capital quanto à tributação e à distribuição orçamentária. Está condicionada pela mesma razão de todas as outras, ou seja, aumentar a capacidade da União de pagar a crescente dívida interna e externa. A da Previdência completa a reforma anterior do setor privado, cujo fundamento é o de reduzir o custo para o Estado e aumentar a sua privatização. A trabalhista é necessária para legalizar a destruição de direitos dos trabalhadores, que foi sendo feita durante os dois mandatos de FHC.

5. As duas frações da burocracia sindical, da CUT e da Força Sindical, apesar de suas diferenças, submeteram os sindicatos à política econômica do governo FHC. Passaram a ter em comum a posição de que os acordos de “flexibilização do trabalho” tinham de ser negociados. Quebra de direitos, demissão em massa e reajuste salarial passaram a ser moedas de troca às costas dos trabalhadores e nas mesas de negociações. Seguiram a linha de redução salarial, destruição de postos de trabalho e de implantação de contratos precarizados. As primeiras manifestações de resistência do proletariado foram sufocadas pelo governo e pelo patronato com o apoio das duas frações que comandam o movimento sindical. O terror do desemprego e o grande excedente de mão-de-obra serviram para os capitalistas implantarem passo a passo a preca-

rização do trabalho e para a política de conciliação de classe da burocracia sindical.

6. A fração cutista atuou nas fábricas como correia de transmissão das medidas antioperárias e no quadro da política geral da burguesia compareceu como opositora verbal a este ou aquele aspecto das reformas neoliberais. A tática foi a de negociar os acordos de "flexibilização" em cada caso particular e negociar por intermédio do PT, no Parlamento, as medidas do governo FHC. As limitadas manifestações e protestos serviram a essa tática. A ação política de manter a classe operária imobilizada, de fragmentar suas revoltas instintivas e de pressionar o Parlamento para que não aplicasse as medidas até as suas últimas conseqüências seguiram a estratégia de levar o PT ao poder do Estado pela via das eleições. A tática de conciliação de classe e a estratégia de um governo para o pacto social foram sendo trabalhadas às custas da quebra da resistência coletiva das massas à exploração e do incentivo à ilusão democrática de que o novo governo do PT/Lula traria mudanças pacíficas em favor dos oprimidos.

7. A crescente influência do PT no Estado por meio dos seus parlamentares, governadores e prefeitos, apoiada na política sindical da burocracia cutista, criaram as condições para a burguesia nacional e internacional admitirem o reformismo como uma possibilidade governamental. As massas foram arrasadas por detrás dessa alternativa ao governo FHC, esgotado pelas conseqüências nefastas de sua administração antinacional de antipopular. Mas antes de aceitar definitivamente o PT/Lula como governo, o grande capital exigiu um compromisso, um pacto com o capital imperialista, de respeitar os contratos e acordos e dar continuidade às reformas do governo anterior. O PT, já compromissado com alianças burguesas, aceitou a condição e a divulgou como programa de governo, em pleno processo eleitoral, na Carta aos Brasilei-

ros, assinada por Lula. Os ministérios econômicos e a política de governo foi orientada para a proteção do grande capital.

8. A burocracia sindical vem estatizando gradualmente os sindicatos, tornando-os instrumentos da política governamental. Sob o governo petista torna a estatização mais profunda e ampla. Passou a participar diretamente de uma de suas instâncias, o Conselho Desenvolvimento Econômico e Social. Centenas de sindicalistas ocupam algum tipo de posto na máquina estatal. O Presidente da República exerce pressão direta sobre a CUT, a ponto de indicar os nomes de sua preferência para compor a sua mais alta direção. Incorpora os sindicatos aos seus programas assistencialistas. Cobra fidelidade à administração do Estado, de forma a ter a CUT e sindicatos como esteio da governabilidade. A burocracia falseia com a campanha de que apoia o governo com independência. Não há independência alguma. A direção da CUT apoia o governo que já demonstrou ser dos capitalistas e seguidor das linhas traçadas pelo capital imperialista.

9. O chamado governo democrático e popular de Lula não cumprirá nenhuma de suas três principais promessas aos trabalhadores: criação de 10 milhões de emprego; 3 refeições ao dia a todos os brasileiros e reforma agrária. Os programas demagógicos de "Fome Zero" e de "Meu Primeiro Emprego" prematuramente se mostram fracassados. O reajuste do salário mínimo segue as condições de superexploração do trabalho. O reajuste do funcionalismo é uma provocação. A reforma agrária dita de qualidade e não de quantidade não ultrapassa em nada a política de assentamentos do governo anterior e já se prevê que ficará aquém em relação ao número de famílias assentadas pelo programa de FHC. No entanto, estabeleceu metas de rigor monetário recessivo e de favorecimento do capital financeiro parasitário. Pode-se prever o aumento da taxa de desemprego e o

prosseguimento da crise social.

10. Está colocada a tarefa de luta pela independência política, ideológica e organizativa do movimento operário em relação ao governo PT/Lula. O que implica combate sistemático à burocracia que domina os sindicatos e a CUT. Independência e democracia operária são duas bandeiras de linha de frente. A burocracia para implantar a política de colaboração de classe foi se tornando cada vez mais totalitária. Como esteio do governo PT/Lula, terá de ser mais violenta contra os opositores revolucionários. Eliminará ainda mais resquícios de democracia sindical onde ainda subsistem. Expressará a necessidade do governo reprimir o movimento de massa, as greves, ocupações etc. Assim que os trabalhadores acordarem diante dos ataques às suas condições de vida e das mentiras eleitorais, terão de se confrontar com o governo e deixará de falar em diálogo, negociação, cidadania e inclusão social e assumirá plenamente a feição de um governo dos exploradores contra os explorados.

11. A tática revolucionária começa por denunciar as medidas do governo de traição aos oprimidos, exigência que cumpra imediatamente suas promessas, defesa das reivindicações e combate pelas bandeiras antiimperialistas. As ilusões democráticas e sociais dos explorados no governo serão superadas com a experiência da luta de classes. É fundamental a construção do partido revolucionário do proletariado, sem o qual a experiência não se converterá em fator favorável à luta antiimperialista e à estratégia da revolução proletária. Sem o partido, os explorados se frustrarão com o governo que eles julgaram ser seu governo e assim continuarão sob a influência da política dos demais partidos da burguesia. Também não poderão varrer a burocracia de seus organismos de classe. A responsabilidade da militância revolucionária está em pôr em pé um partido de combate e de defesa do programa da revolução e ditadura proletárias.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

# Assembléia do SINPEEM contra a Reforma da Previdência do governo PT/Lula e Reajuste Salarial

Na última reunião de RE (representantes de escolas) deliberou-se o eixo da campanha salarial - contra a Reforma da Previdência, contra o plano de cargos, carreira e salários e por aumento salarial. Aprovou-se também uma Assembléia com paralisação. A direção do SINPEEM ignorou o eixo da Campanha Salarial e apesar da direção não fazer o menor empenho para que se realizasse a Assembléia e sim um ato, esta aconteceu e contou com a presença significativa de profissionais em Educação.

A oposição denunciou o cartaz que chegou às escolas por não chamar para Assembléia e sim, em letras minúsculas, para um Ato. Denunciou, também, a ausência da democracia operária, ou seja, de não encaminhar o que é deliberado em reuniões de base e Assembléias.

Em oposição a um Ato unificado foi aprovada Assembléia Conjunta dos

Funcionários Públicos Municipais. Os argumentos utilizados foram os mais despolitizantes, com o objetivo de impedir a aprovação das propostas mais radicalizadas. Com o argumento de que os problemas da APEOESP são uma coisa, do SINPEEM são outra coisa, a assembléia unificada com a Apeoesp não foi aprovada. Em palavras a direção do SINPEEM defende a unidade com o funcionalismo público, no entanto, na prática não rompe com o corporativismo.

A Assembléia mostrou-se radicalizada ao aprovar a participação do SINPEEM em todos os atos, manifestações e caravanas contra a reforma da Previdência. Inclusive com a ida de caravanas de trabalhadores em educação do município até o CONCURTO (Congresso Nacional da CUT), que será realizado no Anhembi. Mesmo com a direção do SINPEEM (PCdoB) colocando-se contra.

A Assembléia votou a bandeira de

“Fora Marta Suplicy – inimiga da educação”. Mais uma vez a direção do SINPEEM fez o apelo à categoria: “não usem a emoção, afinal se rompermos com o governo como iremos negociar? Se hoje levantarmos a bandeira de “Fora Marta” quem será amanhã?”

O governo age de forma centralizada sobre os trabalhadores com sua reforma antinacional e antipopular. Em contrapartida, as direções sindicais mostram seu corporativismo e sua colaboração com o governo não unificando os trabalhadores e quando o fazem é a unidade da cúpula burocrática.

Mais uma vez, está colocado para a próxima Assembléia a bandeira da unidade com os demais setores do funcionalismo público. Essa será a única maneira de barrarmos não só a Reforma da Previdência de Lula/PT como também trazer ganhos nas questões específicas dos trabalhadores em Educação do Município de São Paulo.

## A crise na saúde pública no Ceará

Fortaleza tem sido machete nacional em virtude de mortes de pacientes por falta de UTI's. A verdade é que a crise nos hospitais e na saúde pública se arrasta há anos. Até as últimas semanas já haviam morrido 30 pessoas e, no maior hospital do Estado, IJF (Instituto José Frota), ainda esperavam transferências por vagas na UTI 8 pacientes, que aguardam na sala de ressuscitação. Técnicos do Ministério da Saúde vieram a Fortaleza propor soluções para a mortandade sem fim nos hospitais.

A saída encontrada foi transferir os doentes para UTI's de hospitais particulares, mas os hospitais particulares, por sua vez, não aceitam a tabela do SUS para pagamento da diária da UTI. O estado oferece pouco mais de R\$ 180,00 enquanto aqueles querem além desse valor. Depois de várias negociações e resolvido o impasse o problema continua: 61% dos leitos de UTI's particulares já estão ocupados e vários pacientes ainda

aguardam transferência aumentando ainda mais as possibilidades de morte.

O grande problema, de fato, é que a crise dos hospitais públicos é reflexo direto da crise social e da desintegração do capitalista. A situação da saúde pública no Ceará encontra-se assim: dos 188 municípios, apenas 6 tem hospitais com leitos de UTI, sendo 70 deles em Fortaleza. O IJF, que atende a população de Fortaleza, é obrigado a também atender a população doente de todo o estado, pois não há recursos para construir outros hospitais regionais no interior do estado, o resultado é a superlotação. Prova disso é que 50% das UTI's são ocupadas com pessoas que vêm do interior do estado.

Vale a pena notar também que a causa de morte da maior parte dos que aguardavam uma vaga UTI era de Acidente Vascular Cerebral (pressão alta) e coma diabético (elevada percentagem de açúcar no sangue) que, segundo Antônio Euzébio Teixeira Rocha (diretor

do hospital Frotinha de Messejana), é “resultado de tratamento inadequado à portadores de hipertensão arterial e Diabete Millitus,” (Diário do Nordeste, 28/04/03) e que “não tratadas levam à complicações e até à morte”.

Isso significa que se os postos de saúde funcionassem minimamente no atendimento à população – hoje encontram-se sucateados por obra dos governos – e, se os programas de saúde pública como o PSF (programa saúde da família) não tivessem sido brutalmente desmontados, certamente o problema de superlotação nos hospitais seria bem menor. As massas pagam com sua vida o desmonte da saúde pública no Ceará.

Está aí a raiz da crise da saúde pública. A falta de hospitais, o corte de recursos para financiar programas como o PFS, que poderiam prevenir essas doenças, tudo para manter a jogatina financeira com a dívida pública interna e externa.

# Paraná: manifestação contra a invasão dos Estados Unidos ao Iraque

No dia 5 de abril, no centro de Londrina, mais de uma centena de trabalhadores e jovens manifestaram-se num ato que tinha como chamamento: **Londrina contra a invasão imperialista ao Iraque.**

Esse ato foi convocado pelo Comitê Antiimperialista de Londrina, composto por alguns sindicatos, centros acadêmicos e pessoas da cidade que aderiram ao movimento de repúdio à covarde agressão anglo-norte-americana.

Durante o ato, foram feitos diversos pronunciamentos, lançou-se um cordel sobre a guerra, um músico apresentou uma composição relacionada com a guerra e foram queimadas as bandeiras britânica e norte-americana.

É importante destacar que a manifestação sofreu a sabotagem do PT e do PCdoB, que inicialmente participaram do evento, mas depois de debater "internamente" resolveram esvaziar o protesto. Apenas o sindicato dos bancários (PT) avisou que se retirava do Comitê por discordar da linha (antiimperialista) e que eles defendiam movimentos "pela paz".

Evidenciou-se desta foram, mais uma vez, o profundo comprometimento do reformismo petista e o estalinismo apodrecido com a linha pró-imperialista de se esconder por detrás do pacifismo impotente.

O representante da comunidade árabe que também impulsionou a manifes-

tação sintetizou corretamente o sentimento de repúdio dos trabalhadores brasileiros ao dizer, durante a queima das bandeiras imperialistas – fato que incomodou a imprensa local e os pacifistas de plantão – que "estamos queimando as bandeiras destes países, enquanto os exércitos deles queimam crianças e mulheres indefesas no Iraque".

O Comitê Antiimperialista tem a tarefa de prosseguir organizando as atividades e a politização dos trabalhadores e jovens que a cada dia amadurecem para a compreensão da dominação imperialista sobre nosso país e o agravamento da opressão política e social.

## Texto do manifesto do Comitê Antiimperialista de Londrina distribuído no ato do dia 5 de abril

### Londrina contra a invasão imperialista ao Iraque

Após quase duas semanas de violentos bombardeios às cidades iraquianas e de heróica resistência do seu povo, ficou demonstrado que as razões alegadas pela coalizão anglo-norte-americana para invadir o Iraque não passam de mentiras. As manifestações populares no mundo inteiro contra esta covarde agressão têm aumentado à medida que se torna cada dia mais evidente a motivação puramente econômica e geopolítica do imperialismo. Os norte-americanos e seus sócios menores pretendem com a guerra garantir o monopólio das fontes de energia e reforçar seu poder totalitário sobre o conjunto dos países do planeta.

O Iraque encontra-se completamente isolado. Nenhum país o apóia contra as monumentais forças da "coalizão". Nenhum país, incluídas as poderosas França e Alemanha, que tem interesses comerciais a preservar com a manutenção do regime de Saddam Hussein, se atrevem a desafiar a prepotência norte-americana. Antes do ataque, limitaram-se a conduzir a pressão em favor da rendição antecipada do Iraque (desarmamento) através da ONU. Foi, aliás, a mesma posição do governo brasileiro.

Mas, em face da brutal agressão, ficam de braços cruzados assistindo ao genocídio de um povo oprimido. A vitória norte-americana, conseguida num quadro de semi-cumplicidade silenciosa de todos os países, terá como efeito principal o reforçamento da prepotência e arrogância do imperialismo. Este, nem bem concluiu a destruição e ocupação do Iraque, já ameaça a Síria e o Irã. Sem esquecer as tropas norte-americanas na Colômbia e na Bolívia que, a pretexto de combater o narcotráfico, ocupam militarmente estes países e podem ser ponta de lança para outras ações na América Latina, inclusive na Amazônia.

Por esse motivo, a luta contra a invasão ao Iraque é uma luta contra o imperialismo, pois é este o responsável pelas guerras e ditaduras militares, é ele que oprime e massacra os povos oprimidos, e porque sua vitória é uma ameaça à sobrevivência de grande parte das massas trabalhadoras do mundo inteiro. O imperialismo hoje é sinônimo da barbárie, do massacre das populações, seja pelas bombas, seja pela fome e opressão.

Defendemos a autodeterminação do povo iraquiano e seu direito a constituir

seu regime político sem a interferência das potências. Nenhum Estado pode se arvorar no direito de dizer a outro como deve ser o seu regime político, muito menos o governo norte-americano que tem patrocinado golpes e ditaduras militares em vários países do planeta como bem conhecemos na América Latina. O governo brasileiro, governo de um país também oprimido pelo imperialismo, tem a obrigação de se colocar claramente do lado da nação agredida.

Isto significa que apóie política e praticamente o Iraque. A defesa incondicional do Iraque é uma necessidade para se preparar o país contra as tentativas de agressão imperialistas - seja na Amazônia, na base de Alcântara ou obrigando o Brasil a se submeter à ALCA. Os movimentos, sindicatos, centros acadêmicos e demais organizações populares e políticas de Londrina que compõem o Comitê Antiimperialista de Londrina se manifestam contra a invasão imperialista e pelo apoio incondicional ao Iraque diante da agressão anglo-norte-americana: Exigem que governo brasileiro se coloque política e praticamente do lado da nação agredida.

## Resposta à pergunta de um estalinista

É compreensível que os estalinistas fiquem perplexos diante da mera enunciação da existência de uma “política proletária”, pois essa corrente contra-revolucionária é responsável pela liquidação do principal instrumento da classe operária internacional, construído pelo partido bolchevique de Lênin: a III Internacional. É responsável também pela desmoralização do marxismo, pois destruiu a orientação internacionalista do proletariado em nome da defesa da burocracia soviética, o que concluiu na Perestroika e na aceleração do processo de restauração do capitalismo na ex-URSS.

A Corrente Proletária não tem o hábito de fazer “militância virtual”; tem escrito suas posições, divulgando-as junto aos estudantes e chamando reuniões abertas para explicar suas teses. Continuaremos fazendo isso. Contudo, a pergunta/provocação de Brunno – Direito/Uel, merece sim uma resposta, que não anula a realização de um debate direto com quem quer de fato debater.

Pela formulação da questão do Brunno, do alto de sua sabedoria, o documento do militante do PCdoB ironicamente sugere que falar de “política operária” é algo tão estapafúrdio que sequer se toma o trabalho de se colocar abertamente contra ela. Antes, “indaga”, [zombando, é claro] se haveria “alguém” que pudesse lhe explicar tal absurdo. Alguém que não sejam os formuladores da tese da

Corrente Proletária, que, logicamente, poderiam lhe explicar não apenas qual é a política operária, mas também a política burguesa e pequeno-burguesa, a política contra-revolucionária do PCdoB e sua história de traições ao proletariado internacional etc.

Mas abstraindo da mofa, o que é necessário insistir é que o movimento estudantil não é algo que se dá no vazio, antes, ele reflete a luta de classes (mesmo que os estudantes não sejam conscientes disso), como aliás ocorre com toda atividade política no capitalismo. As tendências do movimento estudantil, não por acaso, são em geral as mesmas que se enfrentam no movimento sindical, no movimento “popular” e até no parlamento. No movimento estudantil podem se encontrar desde agrupamentos vinculados a UDR, PFL, PSDB, PT, PDT, PCdoB, PPS e Igrejas, até aqueles simpatizantes ao PSTU, Causa Operária, POR, DS etc. O chamado movimento estudantil é o processo pelo qual os estudantes estruturam sua organização e direção política, por isso as diversas correntes disputam a hegemonia deste processo.

Por trás desta disputa, o que ocorre é a luta das diversas classes sociais e frações de classes por arrastar os estudantes que não são uma classe social. Predominantemente, os estudantes provêm da pequena-burguesia e burguesia e têm as aspirações e a mentalidade de sua classe de origem. Mas, nos momen-

tos de acirramento da luta de classes, uma parte deles pode se alinhar aos interesses dos assalariados. Para a corrente proletária, a luta no movimento estudantil não tem a finalidade de resolver os problemas da universidade caduca da burguesia atrasada e subserviente ao imperialismo, mas desenvolver a política operária na universidade.

Numa sociedade capitalista, a política operária só pode ser a que se destina a liquidar o capitalismo, a eliminar de raiz a condição de opressão não apenas da classe operária mas de todas as opressões derivadas da divisão da sociedade em classes antagônicas. A política operária, por isso, só pode ser a que leva à **ditadura revolucionária do proletariado** como passo intermediário para a completa liquidação das classes e do Estado. Isto é o abc da doutrina marxista, mas o marxismo é algo que os estalinistas há muito tempo substituíram e hoje têm de se livrar dele.

A Corrente Proletária luta para que os estudantes mais conscientes se vinculem a esta luta do proletariado internacional. Combate também as correntes que defendem a ordem burguesa seja de maneira aberta ou encoberta e denuncia que por detrás dos discursos melosos e despolitizados se esconde na verdade a apologia do capitalismo, regime que é um paraíso para uma minoria de burgueses e um inferno para a imensa massa de trabalhadores do mundo inteiro.

## O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no jornal “Massas” nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da Ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

“Questões de Organização” foi escrito em 1974, justamente que a militância nova do partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques.

### Organizações Paralelas Trabalho Legal e Clandestino

No trabalho organizativo não se deve ignorar a realidade política do país. Uma das características consiste na impossibilidade material de um pleno desenvolvimento da democracia burguesa. Nem sequer nos períodos eleitorais (60 ou 90 dias de liberdades democráticas) se dá o caso do império irrestrito da Constituição Política, bastante generosa em declarações líricas acerca dos direitos naturais do homem, etc.

O estalinismo renunciou a expressar seus objetivos (que não passam de um inofensivo democratismo), buscando a legalidade que possa traduzir em tranquilidade para seus quadros peque-

no-burgueses.

Tampouco pode esquecer que o Partido persegue destruir o regime imperante e instaurar um novo, o que significa que suas atividades, pelo menos parte delas, são conspirativas e chocam com o ordenamento jurídico imperante. Daqui se desprende que o Partido não tem mais remédio que fazer frente, quase todos os dias, ao aparato repressivo estatal.

Não estamos indicando que as garantias democráticas careçam de importância ou que não se deva, sob nenhuma circunstância, lutar por sua conquista. Pelo contrário, a defesa sistemática e in-

cansável de garantias democráticas ocupa lugar preferencial em nossas atividades e nos permite penetrar nas massas, que consideram estas garantias como elemento indispensável para sua existência. O Partido não deve se limitar nesta luta, mas tem de tomar a direção e ensinar a exigir novas conquistas e como utilizar da Constituição a serviço da causa revolucionária.

Do dito anteriormente, concluímos que o partido deve se organizar tanto para o trabalho legal como para o clandestino. Deve-se aproveitar o máximo toda possibilidade de legalismo, mas, paralelamente, deve se estruturar um aparato conspirativo, que possa suportar os embates policiais e garantir – este é o ponto capital – a continuidade do trabalho partidário normal. Isto quer dizer que o Partido sempre deve estar preparado para se enfrentar com a repressão policial saindo ileso e não permitir que o governo interrompa suas atividades. Seria absurdo que, acreditando que a imprensa e as rádios estarão a todo o momento a serviço de nossas atividades, nos descuidemos de preparar uma equipe capaz de romper qualquer boicote e de fazer boletins etc. Estas equipes devem se preparar e ampliar constantemente.

Alguns pensam que unicamente há lugar para o trabalho ilegal e que todo o

resto é reacionário. Este ultimatismo argumenta que é fatal a acentuação das medidas fascistas (destruição das garantias democráticas) O evidente é que, apesar de tudo, devem ser esgotados os meios para aproveitar a fundo toda a possibilidade de trabalho legal (os bolcheviques utilizavam linguagem própria para vencer a censura). Essa posição ultimata é perniciosa e ignora que as massas ao incorporarem-se à luta impõem a vigência das garantias democráticas. Por tudo isto e pela tradição, o correto é, em todas as circunstâncias, realizar tanto o trabalho legal como o clandestino.

## **Movimento Metalúrgico**

# Os metalúrgicos já não suportam as perdas salariais

Existe um descontentamento generalizado entre os metalúrgicos em relação às perdas salariais. O custo de vida subiu e a recomposição dos salários ficou muito abaixo. Para agravar as perdas, tem sido feito acordos que reduzem os ganhos. É o que aconteceu aqui na Volks, que tivemos da noite para o dia o corte de 15%.

O descontentamento é tão grande que a Força Sindical que dirige o Sindicato Metalúrgico de SP se viu pressionada a fazer uma campanha pela antecipação de 10%. Esse valor está bem abaixo das necessidades dos trabalhadores. Em seguida, a Federação dos Metalúrgicos da CUT não teve outro jeito senão fazer o mesmo. Mas acabou aceitando a proposta das montadora de abono.

### **Sem nenhuma disposição de organizar a luta coletiva**

A divisão entre metalúrgicos do ABC e de São Paulo já é grave. E se torna mais grave ainda quando a divisão ocorre no interior dos metalúrgicos da própria CUT. Foi o que aconteceu com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, que não aceitou o abono e exigiu a antecipação, indo à greve. E o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que aceitou o abono sem luta.

Os patrões aproveitaram a divisão para se unir em torno do abono, combater a greve e impor o abono parcelado.

### **A assembléia do nosso sindicato aprovou a proposta patronal**

A assembléia com cerca de 700 metalúrgicos aprovou a proposta da patronal de concessão de um abono de R\$900,00 em duas e três parcelas. Para o G-5 (sindipecas e fundição), o abono será de R\$650,00, também em duas vezes. A direção do sindicato fez aprovar ainda uma doação de 2% do que irão receber para o programa de Lula "Fome Zero".

A direção do sindicato se colocou contra a proposta de incorporação já das perdas de novembro a março (que certamente é mais do que 10% dito pelo sindicato). Não trabalhou para mobilizar os metalúrgicos do ABC para a realização de uma grande assembléia. Ao contrário, de cara aceitou o abono e o parcelamento dele.

O abono não é recuperação de perdas salariais. O abono é um instrumento patronal para evitar a mobilização dos operários contra as perdas que se avolumam. Quem ganha com o abono é o patrão, que se livra dos encargos sociais. No mês seguinte, tudo volta como antes. E o salário continua o mesmo.

### **A burocracia sindical do ABC, CUT e governo trabalharam contra a greve dos metalúrgicos de São José.**

Os companheiros metalúrgicos de São José aprovaram a greve por um reajuste de 10,39% (incorporado já nos salários), redução da jornada de trabalho sem redução salarial e um gatilho salarial toda vez que a inflação atingir 3%.

A greve de São José provocou a paralisação de outras montadoras, a fábrica de Gravatai (RS) e de São Caetano. Os metalúrgicos da Renault também estavam em greve por 14,61% e os patrões ofereciam um abono de R\$500,00, parcelados. O mesmo se passou com o na Volvo do Paraná. Como se vê, o movimento pela antecipação das perdas se espalhou em pouco tempo. O que mostra a disposição de luta dos metalúrgicos.

O TRT julgou a greve de São José como ilegal e determinou o desconto dos dias parados. Em seguida, o governo, a CUT e a GM aumentaram as negociações para pôr fim ao movimento grevista que resistia a proposta patronal de abono. O Ministro do Trabalho chegou a dizer que iria intervir nas negociações caso fosse aprovado o gatilho. O Ministro do governo PT/Lula, do lado dos patrões, disse que o gatilho é ilegal. Enquanto processava as

negociatas, a empresa mandou as cartas com ameaças de demissão.

O nosso sindicato, ao invés de sair na defesa das greves metalúrgicas, tratou de realizar uma assembléia relâmpago, sem expressão da base, e aprovar o abono parcelado. Os grevistas foram colocados no isolamento e sob a intensa pressão do governo e dos patrões para acabarem com a greve e aceitarem o vergonhoso abono. Com o movimento dividido e mantido no isolamento pelos burocratas sindicais e governo, os movimentos grevistas recuaram.

Um recuo na luta, quando as condições exigem, não significa derrota. A aceitação do abono sem luta é sim uma derrota para os operários.

### **Desde já iniciar uma verdadeira campanha salarial**

Não podemos esperar outubro para falar sobre o reajuste salarial. Ano a ano estamos perdendo. Sequer a inflação integral do período é incorporada ao salário. O que vemos são somente descontos.

Uma campanha salarial inicia com a

discussão das perdas acumuladas nesses anos. Desde o primeiro momento, a campanha tem de estar dirigida a unificação de todos os metalúrgicos. A divisão em grupos só favorece os patrões, porque quebra a resistência coletiva da classe. Tem de iniciar com as assembléias por fábrica e caminhar para a assembléia geral de todos os metalúrgicos. Uma campanha salarial verdadeira se apóia na democracia operária, ou seja, direito de divergência nas assembléias, o direito de expor as idéias, de distribuir os boletins e de votação de propostas. Uma campanha salarial de luta rechaça o divisionismo imposto pelos burocratas do sindicato e condena os bate-paus que são utilizados para ameaçar fisicamente a oposição.

O Nossa Classe chama os companheiros a preparar desde já a nossa campanha salarial para enfrentar os patrões.

### **Pelo direito de greve**

No Brasil não há direito de greve. As greves são punidas pelo julgamento realizado pelo governo. O TRT ao julgar abusiva a greve, determina punições aos

grevistas e multas aos sindicatos.

Nós operários temos de levantar a bandeira pelo direito de greve. A greve é um instrumento da classe explorada contra a classe dos exploradores. É o método da classe operária para impor as reivindicações aos patrões e governo. A greve é aprovada em assembléia e somente a assembléia pode suspendê-la.

Portanto, devemos exigir do governo PT/Lula o fim de todas as medidas repressivas contra o direito dos explorados de fazerem a greve contra a exploração do trabalho.

### **O desemprego é violento**

Mais de 20% dos trabalhadores estão sem emprego na região metropolitana de SP. E 40% da juventude não acha trabalho. Sem dizer daqueles que já não procuram mais, vivem de bicos ou esmolando.

A luta pelo emprego é de todos. Unir os empregados com os desempregados num ampla campanha para que o governo PT/Lula cumpra imediatamente sua promessa de 10 milhões de emprego, três pratos de comida e Reforma Agrária.

## **Bolívia**

# **Quai a maior lição que o Congresso porista tem dado à militância revolucionária?**

O Partido Operário Revolucionário tem se rebelado contra a ordem burguesa, seu ordenamento jurídico ou constitucional e seu governo, que não se cansa de autoqualificar-se "democrático". O mais importante é que é insurrecional, formado por revolucionários profissionais, que conspiram clandestinamente contra o capitalismo que tem reduzido a Bolívia a colônia faminta dos Estados Unidos etc.

### **O trabalho conspirativo**

O POR proclama publicamente que está formado por militantes revolucionários profissionais, que realizam seu trabalho fundamental no marco estritamente clandestino. Tem de escapar-se da vigilância e perseguição dos serviços de inteligência, tanto dos Estados Unidos como os da Bolívia.

Nosso objetivo estratégico é a toma-

da do poder político mediante a violência revolucionária, a ação direta das massas, a luta armada. Rechaçamos a via parlamentar. A tática que empregamos está condicionada pela finalidade estratégica.

### **Importância do Congresso Partidário**

Para se ter idéia da importância do Congresso partidário, é suficiente lembrar que tem o poder de mudar o Comitê Central e inclusive modificar ou substituir por outro programa partidário. Durante sua preparação discutem-se os projetos que se apresentarão.

Mas, com a maior das atividades partidárias, a discussão dos documentos gerados no curso da discussão tem caráter interno, reservado.

A importância do Congresso está em que se discute a linha política e se aprova

qual deverá guiar os passos partidários na situação política do dia seguinte.

### **Recomendação Central**

Das discussões havidas surgiu que a tarefa mais importante consiste em que a militância se apodere da doutrina, da política partidária. Elevar-se a essa altura permitirá cumprir um bom papel na luta política.

Tendo em conta a crise das altas direções sindicais, particularmente da COB, tem se mostrado que corresponde que os militantes penetrem no seio das bases operárias, sem tomar em conta as direções corruptas, a fim de poder conhecer até onde vai o instinto comunista das massas proletárias radicalizadas. O programa deve ajustar-se a esta tendência.

(Extraído do Jornal Massas boliviana, nº 1850, 18/4/2003, órgão central do Partido Operário Revolucionário)